

Informação para o ES

Ao completar 25 anos, o IPES lança o seu Boletim de Mercado de Trabalho. Com periodicidade trimestral, nele estão organizadas as informações que permitem acompanhar o comportamento do mercado formal de trabalho no Espírito Santo. É, portanto, muito importante que se saiba este Órgão em sua missão e se prologar e disseminar informações sobre a realidade sócio-econômica do Estado.

Nesta primeira edição estamos publicando uma seleção inicial dessas informações, organizadas em dois conjuntos conceitualmente distintos. O primeiro conjunto trata do universo do mercado de trabalho, utilizando os dados da IAD, publicados pelo BGE. Esses dados são anuais e relativamente desatualizados no tempo (a última informação disponível é referente ao ano de 1999) e não permitem a abertura de regiões ou municípios, mas possibilitam a apreensão da relação entre a população que consegue ocupação, a população que está no mercado de trabalho e a população total, o tamanho absoluto da população que trabalha sob os aspectos setoriais (de setores de produção, e principalmente a dimensão e o status do mercado formal, do qual se fará acompanhamento conjuntural. O segundo conjunto trata do mercado formal de trabalho, utilizando os dados do CAGED, publicados pelo TEIA, que contemplam somente os trabalhadores contratados em regime celetista, e permitem o acompanhamento da geração de empregos, pelas empresas e instituições, dos impostos por atividades econômicas, por município e por periodicidade mensal. Atualmente, serão utilizados dados da RAIS.

Como a informação do CAGED é prestada pela empresa/instituição que contrata e a referência geográfica é a de sua sede fiscal, a abertura por município pode envolver alguns desvios. Por isso optou-se pela análise agregada por regiões de planejamento e por periodicidade agregada em trimestres. Essa parcela (normal do mercado de trabalho representa entre 23% a 30% do universo) de trabalhadores (da economia do Espírito Santo, e seu comportamento) é avaliado através de três indicadores:

saldo entre admissões e desligados, que informa a quantidade gerada ou destruída de empregos;

taxa de crescimento, que informa o ritmo de evolução do emprego sobre o estoque pré-existente;

taxa de rotatividade, que informa em que dimensão os empregos são substituídos.

Para melhor compreensão e dos dados conjunturais, é importante a perspectiva histórica do comportamento da variável considerada. Por isso, neste primeiro número os dados são publicados em séries históricas. Em relação ao universo do mercado de trabalho, a perspectiva é de uma década, embora não sejam publicados dados de 1992 a 1999. Com relação ao emprego formal a perspectiva é de se realizar uma análise conjuntural utilizando os dados de 2001 e comparando-os a igual período de 2000.



HISTÓRICO

Os anos 90

As mudanças na economia brasileira nos anos 90 tiveram repercussão significativa no mundo do trabalho. O processo de abertura comercial, a reestruturação produtiva e o baixo crescimento econômico, além do direcionamento prioritário do esforço de planejamento governamental para a estabilização de preços, redefiniram as relações de trabalho no país, com aumento das taxas de desemprego e maior flexibilização nas relações de trabalho.

Observa-se, a perda de postos de trabalho na indústria em decorrência do ajuste das empresas, nem sempre ligadas à maior modernização tecnológica com a substituição do trabalho por processos de automação mais flexíveis.

Ao contrário, em muitos casos, elas se têm comportado de forma defensiva, com maior precarização do

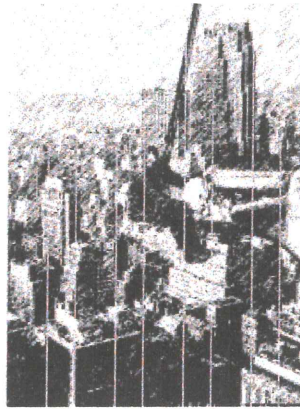
trabalho, a partir da transferência de custos para firmas terceirizadas, fato que se intensificou tanto nas empresas estatais que foram privatizadas quanto no longo dessa década, verificando-se pesado enxugo merço de pessoal, com focalização das atividades, quanto nas empresas privadas.

Do ponto de vista das exigências profissionais, os setores ligados às novas tecnologias vêm redefinindo o perfil dos trabalhadores nessas áreas, e por consequência das demais, embora a não esteja bastante duvidoso a capacidade de geração de empregos de maior qualidade no país, mesmo com eventuais programas de qualificação da força de trabalho. Nosso atraso tecnológico não nos permite, ainda, pensar em um ingresso, a médio prazo, nos benefícios da terceira revolução tecnológica, com base na microeletrônica, telecomunicações,

informática, biotecnologia e novos materiais, carros-chefe do desenvolvimento econômico neste início de século.

Da mesma forma, a mobilidade social no país arefeceu, observando-se diminuição das oportunidades de trabalho de maior rendimento e qualidade, pressionando as classes médias que aprofundam seu processo de urbanização e desenfiteação, passando a receber parcela do contingente populacional que anteriormente se dirigia para os principais centros industriais do país. Diante desse quadro, observam-se mudanças significativas na distribuição do emprego no país, e por consequência no Espírito Santo.

No ano de 1999, última data para a qual existe informação da PNAD, 1.532.560 pessoas estavam no mercado de trabalho no Espírito Santo, constituindo a População Economicamente Ativa (PEA). Desse total, 1.407.382 pessoas estavam ocupadas e 125.178 estavam sem ocupação e procurando trabalho, o que representa uma taxa de desemprego aberto de 8,7%, enquanto a taxa nacional era de 9,63% (tabela 1). Essa taxa arremtiu durante a última metade da década de 1990, a partir de 1996, embora o desemprego aberto, ao longo dos anos 90, em relação ao da taxa nacional tenha crescido proporcionalmente menos no Espírito Santo, cuja taxa era, em 1992, de 6,34% e muito próxima da brasileira de 6,54%. Esse menor crescimento no desemprego aberto no Espírito Santo pode ser cre-



ditado ao desempenho da economia estadual, que, nos anos 90, cresceu acima da média do país, em especial na segunda metade dela, quando a participação relativa do estado, em 1998, atingiu 1,90% do Brasil, contra 1,65%, em 1992.

Uma importante observação é quanto à estrutura etária. A queda na taxa de atividade - que mede a parcela relativa da população que está no mercado - está concentrada nas faixas etárias de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos. Para a faixa etária de 10 a 14 anos, a taxa de atividade caiu de 26,3% em 1992 para 16,4% em 1999. Para a faixa de 15 a 19 anos, a queda é de 67,3% para 54,1%, indicando a tendência de entrada mais tardia no mercado de trabalho, seguindo a mesma tendência do país, cujas taxas, para aquelas faixas etárias e anos respectivos, foram

de 22,39% e 16,58% e 59,78% e 52,48%. Há uma diminuição em números absolutos de pessoas de 10 a 14 anos no mercado de trabalho, o que estaria indicando a queda do trabalho infantil. Provavelmente isso está relacionado a maior oferta de vagas nas escolas, confirmando os indicadores de educação que mostram uma maior cobertura da população nessa faixa etária.

Apesar dessa diminuição relativa da PEA mais jovem, é para essa população que a taxa de desemprego é mais elevada. A taxa de desemprego nesta faixa é de 8,9%, e nas faixas etárias de 15 a 19, de 20 e 24 e de 25 e 29 anos essa taxa é, respectivamente de 22,5%, 12,2% e 11%. Verifica-se pois que o mercado de trabalho passa a compor-se de população mais velha. Em 1992, 27,7% tinha mais de quarenta anos. Em 1999, a população ocupada com mais de 40 anos é de 36,3%. Para a população acima de 60 anos, o que se observa é a queda da taxa de atividade até a metade da década, e a inversão dessa tendência a partir de 1997, com aumento contínuo até 1999, o que pode indicar aposentadoria mais tardia ou volta ao mercado de trabalho de pessoas aposentadas.

Quanto à estrutura setorial, entre 1992 e 1999, observa-se que o setor agrícola ainda é o grande gerador de postos de trabalho no estado, ocupando 30% da população que trabalha, embora, como se observará mais à frente, represente uma parcela reduzida

MERCADO FORMAL DE TRABALHO:

Comportamento e tendências da década de 90

Entre 1989 e 1998 há algumas tendências significativas no mercado formal de trabalho, com destaque para duas. A primeira é o aumento na participação do Comércio, que passa de 13,67% em 1989 para 18,95% do total de empregos formais no Espírito Santo, superando a indústria, que em 1989 era o segundo maior empregador, com 15,49%, e cai para terceiro em 1998, com 17,71%.

A partir de 1994, no entanto, a indústria começa a estocar ligeiramente na participação do emprego formal, talvez já refletindo os efeitos dos investimentos nessa atividade que se iniciaram na segunda metade da década de 90.

O setor Serviços continua como principal empregador formal, pouco alterando sua participação relativa: 53,76%, em 1989, e 53,47%, em 1998. A segunda mudança importante refere-se ao significativo aumento da participação de emprego formal nas atividades de *Agrropecuária, Extração Vegetal,*

Caça e Pesca, que passa de 1,66%, em 1989, para 4,33% do emprego formal do total do estado em 1998. Apesar de pequena participação, como já se comentou, é aqui que se encontram mais de 30% dos trabalhadores do estado. Essa baixa participação no emprego formal reafirma as tradicionais condições de ocupação da mão-de-obra no estado, secularmente movida por relações não formais (trabalho familiar, parceria, arrumamento e, mesmo, assalariamento sem registro em carteira).

O crescimento verificado no trabalho formal parece indicar uma tendência de expansão das relações de trabalho "tipicamente capitalistas", com assalariamento e registro em carteira. Com isso, nos anos 80 e 90 assistiram a um processo de modernização e diversificação da agricultura estadual, com avanço da lógica empresarial capitalista no campo, é possível que esse processo tenha vindo acompanhado de uma maior formalização do trabalho.

Distribuição do emprego formal no estado do Espírito Santo e no Brasil, por atividade - 1989-1998

ATIVIDADE	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1996	1997	1998
Agrropecuária, Exat Vegetal, Caça e Pesca	1,66	1,64	1,63	1,89	1,60	3,25	4,04	4,30	4,33
Indústria	19,49	13,82	18,10	17,45	16,97	17,45	17,60	17,62	17,71
Construção Civil	6,64	5,85	5,63	5,48	5,29	6,0	6,74	8,55	5,54
Comércio	13,67	13,51	12,82	12,61	12,60	16,19	17,18	18,93	18,95
Serviços	53,76	53,88	54,02	54,01	51,48	52,46	54,21	50,56	53,47
Outros/Ignorado	4,71	3,31	7,8	7,17	12,07	3,46	0,23	0,04	0,00
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Elaboração: IPES
Fonte dos dados: MTE/RAIS

Distribuição da população Ocupada no Estado do Espírito Santo e no Brasil, segundo a atividade - 1992-1999

Atividades	1992		1993		1994		1995		1996		1997		1998		1999	
	ES	BR	ES	BR	ES	BR	ES	BR	ES	BR	ES	BR	ES	BR	ES	BR
Agricultura	4,88	23,29	35,13	27,42	31,97	26,17	29,41	27,47	31,20	34,19	29,99	23,35	31,11	24,21		
Indústria de transformação	9,49	12,81	10,57	12,83	9,78	12,8	10,65	11,36	9,81	12,27	9,25	11,76	9,81	11,51		
Indústria da construção	6,30	6,15	6,78	6,44	7,53	6,17	7,01	1,37	7,17	6,91	7,06	7,12	6,61	6,82		
Outras Atividades Industriais	2,49	1,39	1,99	1,42	1,81	1,4	1,51	1,13	2,04	1,12	2,23	1,23	2,01	1,81		
Comércio de Mercadorias	0,38	12,14	9,72	12,73	11,82	13,18	11,31	15,34	11,89	13,30	10,33	13,46	12,21	13,41		
Prestação de Serviços	7,53	17,68	16,51	17,79	16,94	19,1	18,72	11,26	18,31	19,44	17,81	19,14	17,81	18,31		
Serviços Financeiros e Atividades Econômicas	2,64	2,91	2,76	2,80	2,65	3,17	2,95	1,45	2,56	3,57	3,27	3,07	3,81	3,81		
Transporte e Comunicação	3,89	3,49	2,87	3,43	3,54	3,15	3,21	2,75	3,71	3,98	4,24	3,88	2,9	3,81		
Sociedade	7,70	3,35	8,20	8,38	8,18	8,81	8,41	5,25	8,43	9,13	8,66	9,82	8,1	9,41		
Administração Pública	2,80	1,58	3,05	4,57	4,21	4,11	5,04	7,68	4,27	4,54	4,76	4,89	4,21	4,61		
Outras Atividades	1,21	2,21	1,46	2,88	1,55	1,12	1,51	1,82	0,99	1,84	1,50	1,87	0,81	1,81		
TOTAL	110,00	103,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		

Elaboração: IPES
Fonte dos Dados: IBGE/PNAD
1 - 1º semestre de referência (22 e 28 de Setembro) de pesquisa.

População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, População Ocupada e População Desocupada no Estado do Espírito Santo e no Brasil - 1992 - 1999

ANO	População em Idade Ativa (PIA)		População Economicamente Ativa (PEA)		População Ocupada		População Desocupada (procurando trabalho)	
	ES	BR	ES	BR	ES	BR	ES	BR
1992	2.173.239	1.3.722.081	1.378.478	59.988.210	1.291.111	65.395.191	87.317	4.577.719
1993	2.153.062	1.6.115.471	1.378.915	70.955.373	1.304.419	65.589.757	74.496	4.367.621
1994	2.194.166	1.8.936.401	1.388.104	74.138.441	1.325.011	69.628.388	64.093	4.507.833
1995	2.287.051	1.3.623.551	1.391.896	73.120.101	1.304.711	68.040.206	87.140	5.079.895
1997	2.177.344	1.5.001.921	1.413.446	75.213.293	1.322.017	68.331.507	81.327	5.887.778
1998	2.181.788	1.7.732.721	1.437.137	76.895.732	1.340.414	69.963.113	86.774	6.927.619
1999	2.189.775	1.8.095.781	1.532.880	79.315.267	1.407.312	71.676.219	125.178	7.639.068

Elaboração: IPES
Fonte dos Dados: IBGE/PNAD

AL06202.P2

Bibliografia

Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves - IPES
Av. Marechal Mascareñas de Moraes, 2.524, Jesus de Nazareth - Vitória - ES - CEP 29052-015
Tel. (0XX27) 3324-3893; e-mail: ipes@es.gov.br
Equipe Técnica:
Fernando Cezar de Macedo Mota, Maria da Penha Cossetti, Ronilda Fatima Zocatteli, Maria Inês Perini e Luciana Simões Rodrigues
Editoração e Projeto Gráfico:
Lastênio Scopel, Luciano dos Reis Frizzera (Estagiário)
Revisão:
Djalma Vazzoler, Sandra Campeão, Ivete Orlandi

En 2001, observa-se, em ritmo menor, a continuação de uma tendência iniciada em 2000: o crescimento do emprego formal no estado. Ac todo, em 2000, foram criados 18.257 novos empregos no Espírito Santo, sendo 15.119 no primeiro semestre. Em 2001, nos seis primeiros meses do ano foram criados 12.920 novos empregos, portanto, nesse período, os novos postos de trabalho criados ficaram 19,76% abaixo dos criados em igual período de 2000. Importante, no entanto, é que a taxa de crescimento continua positiva e acima da média nacional. No primeiro e no segundo trimestre de 2001, as taxas de crescimento do emprego formal no estado foram de 0,41% e 2,75%, respectivamente, contra 0,81% e 3,18%, em igual período do ano de 2000. Para o Brasil essas taxas foram de 0,75% no primeiro trimestre de 2001 e 1,86% no segundo. Em 2000, para iguais períodos, essas taxas foram respectivamente 0,78% e 2,04%. O crescimento acumulado do emprego formal no Espírito Santo, no primeiro semestre de 2001, foi de 3,21%, contra 2,64% da média nacional. Esse desempenho acima da média brasileira parece derivar do conjunto de investimentos que está sendo realizados desde o final da década de 90 e que vêm tendo continuidade no início desta década, conforme recente trabalho publicado pelo IPES, **Previsão de Investimentos no ES – 2000-2005**.

Do ponto de vista setorial, o melhor desempenho no primeiro semestre de 2001 foi da **Agropecuária**, com taxa acumulada de 13,32%, menor, no entanto, do que os 33,15% verificados no primeiro semestre de 2000. A **Indústria** cresceu relativamente menos no primeiro semestre de 2001 (2,48%), frente ao desempenho de igual período de 2000 (4,35%). A **Construção Civil** apresenta significativa taxa de crescimento no primeiro semestre de 2001 (6,57%) contra 1,33% de igual período de 2000, confirmando as previsões de investimento que estão sendo realizadas:

MERCADO FORMAL DE TRABALHO:

Indicadores conjunturais

Emprego formal por Taxa de crescimento setorial no Estado do Espírito Santo - 1º/2º trimestre 2000 - 1º/2º trimestre 2001

período	Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços
2000 (1º sem.)	33,15	4,39	1,33	0,87	2,04
1º trim.	7,15	0,63	-0,12	-0,13	0,87
2º trim.	24,27	3,73	1,75	1,00	1,16
2001 (1º sem.)	13,32	2,48	6,57	0,85	2,70
1º trim.	-2,21	0,79	2,26	-0,37	0,79
2º trim.	15,36	1,67	3,36	1,20	1,91

Elaboração: IPES
Fonte dos dados: Mte. CAGED

nessa área, conforme apresentado em trabalho anteriormente citado do IPES. O comércio apresenta a menor taxa de crescimento, sobretudo no primeiro trimestre, influenciado, provavelmente pela dispensa de trabalhadores temporários contratados para atender a maior demanda de final de ano. O acumulado no primeiro semestre de 2001 foi de 0,85%, praticamente igual ao do mesmo período de 2000 (0,87%).

A taxa de rotatividade, que mede a substituição dos trabalhadores, cresceu no primeiro trimestre de 2001 (4,14%) em relação ao de 2000 (3,86%), mas no segundo trimestre essa taxa cai (4%) em relação a igual período do ano anterior (4,20%). Comparativamente com a média brasileira, observa-se semelhança, pois, no segundo trimestre de 2001, esta ficou em torno de 3,53% ao mês.

Em relação ao seguro-desemprego, dados da Caixa Econômica Federal apontam para um crescimento do número de parcelas pagas aos desempregados no Espírito Santo. A média mensal do primeiro semestre de 2001 foi de 31.982 parcelas, 4,79% a mais do que as 30.513 pagas no primeiro semestre de 2000. Deve-se registrar que cada beneficiário recebe até quatro parcelas e que elas podem ser pagas dentro de um mesmo mês, portanto esses dados não apontam para o

Emprego formal no Estado do Espírito Santo - 1º/2º trimestre 2000 - 1º/2º trimestre 2001

Período	saldo	taxa de crescimento	taxa de rotatividade média mensal
2000	18 257	4,95	3,88
1º trim.	2 988	0,81	3,86
2º trim.	12 131	3,18	4,20
2001	12 920	3,21	4,05
1º trim.	1 663	0,41	4,14
2º trim.	11 257	2,75	4,00

Elaboração: IPES
Fonte dos dados: Mte. CAGED

número de desempregados, mas para a abrangência desse benefício.

Do ponto de vista geográfico, tornando-se por isso as microrregiões de planejamento (sobre os municípios que as compõem, consultar www.ipes.es.gov.br), a última tabela apresenta o comportamento do mercado formal de trabalho nos seis primeiros meses de 2000, com particular destaque para as microrregiões do norte (Fólo Linhares, Litoral Norte e Extremo Norte) que juntas com a microrregião Pólo Expandida Sul (a de maior crescimento) e Sudoeste Serrana, apresentaram crescimento acima da média estadual. Noroeste I cresceu no mesmo ritmo da média estadual, enquanto as demais ficaram abaixo de a, com particular destaque para as regiões Pólo Cachoeiro e Caparaó, únicas que apresentaram taxas de crescimento negativa no primeiro semestre de 2001.

Taxa de crescimento do emprego formal por região de planejamento no Estado do Espírito Santo - 1º/2º trimestre 2001

Período	METROPOLITANA	PÓLO LINHARES	METROPÓLE EXPANDIDA SUL	CENTRAL SERRANA	SUDOESTE SERRANA	JITÓPOLIS NORTE	EXTREMO NORTE	PÓLO COLATINA	NOROESTE I	NOROESTE II	PÓLO CACHOEIRO	CAPARAÓ	TOTAL
2001	2,33	9,73	12,05	0,35	3,52	11,69	11,48	0,61	3,9	3,20	-1,22	-1,62	3,21
1º trim.	0,88	2,86	-2,75	-3,34	1,13	0,29	3,45	-2,02	1,7	0,00	-1,99	-5,48	0,41
2º trim.	1,43	6,63	15,05	3,86	2,32	11,07	7,61	2,63	1,4	3,17	1,77	4,05	2,75

Elaboração: IPES
Fonte dos dados: Mte. CAGED

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

AJ062001 P3